

## **O DIÁLOGO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO?**

**FERNANDES,** Andrea da Paixão - CAp/UERJ – SME/RJ

**GT:** Educação de Pessoas Jovens e Adultas /n.18

**Agência Financiadora:.** Não contou com financiamento.

*Antes do operário existe o homem, que não deve ser impedido de percorrer os mais amplos horizontes do espírito, subjugado à máquina.*

Zino Zini

### **Introdução**

O cenário histórico e político do Brasil da década de 1990 é marcado pela implementação da ideologia neoliberal e suas conseqüências para a classe trabalhadora. Diante desse contexto, identificamos que o período se caracteriza pela expansão das ações educativas que potencializam a substituição do dever do Estado pela ação das empresas, no que se refere ao setor dos serviços sociais e, nesse caso, ao educacional. A ênfase na implementação do modelo neoliberal nesta década desencadeia um processo de transferência de responsabilidades com a educação e, também, com a escolarização da população, sobretudo da classe trabalhadora. Este processo desloca o Estado da posição de primeira instituição responsável por garantir a educação da população brasileira, segundo os princípios estabelecidos na legislação em vigor.

Diante disso e do necessário investimento na formação do cidadão trabalhador e, ainda, ao considerarmos que concepção de homem a articulação entre o mundo do trabalho e a oferta educacional pretendem formar, é importante refletir sobre quem são os verdadeiros atores do processo educacional no período analisado. Para tanto, retomamos o conceito de capital humano e sua evolução na década de 1990.

Segundo Frigotto (2001, p.41):

O conceito de capital humano – ou, mais extensivamente, de recursos humanos – busca traduzir o montante de investimentos que uma nação ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no “fator humano” passa

a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento para a superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social.

Esta teoria considerada hegemônica, prioritariamente, nas décadas de 1960 e 1970, valoriza o investimento dos diversos setores da sociedade – sobretudo do empresarial – no aumento de escolaridade ou na (re)qualificação como possibilidade de ascensão social e econômica dos trabalhadores. “O componente da produção, decorrente da instrução, é um investimento em habilidades e conhecimentos que aumenta futuras rendas e, desse modo, assemelha-se a um investimento em (outros) bens de produção” (Schultz<sup>1</sup> *apud* Frigotto, 2001, p.40).

Pode-se afirmar, portanto, que o aumento de escolaridade e a (re)qualificação profissional, além de refletirem no crescimento do trabalhador atendido, transforma-se no apelo à empregabilidade.

Tendo essas questões como pano de fundo, o presente texto que apresenta parte das reflexões produzidas na pesquisa para o Mestrado em Educação pretende analisar como se configuram os processos de formação do cidadão trabalhador nas práticas educacionais desenvolvidas nos locais de trabalho, a partir da relação entre trabalho e educação, estabelecida por um projeto de alfabetização – o *Alfabetizar é Construir* – desenvolvido por algumas empresas da construção civil do Rio de Janeiro, a partir do início da década de 1990, através da parceria entre o Sindicato da Indústria da Construção Civil – SINDUSCON-Rio, o Serviço Social da Indústria – SESI e a Fundação Roberto Marinho.

Para desenvolver as reflexões propostas, estruturaremos este texto em três eixos centrais. No primeiro, abordaremos como os empresários se apresentam como atores educativos na atualidade brasileira, pondo em prática ações que se caracterizam como responsabilidade social na década em questão. A seguir, analisaremos a população atendida pelas parcerias que fazem escolarização, num contexto de metamorfoses no seio da produção, espaço este em que os personagens principais da nossa pesquisa – os operários da construção civil – estão inseridos. No terceiro eixo, elaborando nossas considerações finais, refletiremos acerca dos processos de exclusão com os quais a classe trabalhadora – representada pelos alunos-trabalhadores – vem convivendo, considerando-se o modelo de

---

<sup>1</sup> SCHULTZ, T. O valor econômico da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1962

escola que ainda se constitui como hegemônico no Brasil, e como se caracteriza a formação do cidadão, tendo em vista o perfil de educação (alfabetização) que lhe é oferecida.

### **Os empresários como atores educativos**

Compreender como se (re)definem as diferentes possibilidades da educação dos alunos-trabalhadores na década de 1990 pressupõe, por um lado, perceber como se apresentam as múltiplas iniciativas empresariais que vêm surgindo no setor educacional e quais são seus reais interesses, num momento em que estão sendo articuladas diversas estratégias que apontam para a privatização da educação, apesar dos movimentos de resistência atuantes na sociedade civil brasileira.

Por outro lado, não podemos perder de vista a perspectiva educacional em sua totalidade e a contínua dualidade estrutural do sistema educacional, que reafirma uma trajetória presente no nosso sistema de ensino desde o Brasil-Colônia, capaz de manter a diferenciação entre a educação que é oferecida à classe trabalhadora e à burguesia, haja vista o atrelamento de tal ação aos interesses dos representantes do capital.

Em nome desses interesses as empresas pretendem alcançar a tão propagada qualidade total, à medida que ampliam sua participação no mercado educacional, seja em projetos voltados para a redução dos índices de analfabetismo no país, seja em programas de qualificação e de requalificação profissional. Desencadeia-se, então, um aumento nos padrões de competitividade e de produtividade no setor industrial e a educação em empresas e pelas empresas passa a constituir uma alternativa para a manutenção da competitividade, seja interna ou externamente.

Ao analisar a relação dos empresários com a educação, Rodrigues (1998) considera que as décadas de 1980 e 1990 são marcadas pela inserção do empresariado brasileiro nos debates educacionais, visando uma maior modernização e qualificação profissional. Com a bandeira da universalização da educação básica, a burguesia industrial se apropria do discurso da classe trabalhadora, mas sem desenvolver ações que visem atender as demandas consideradas por essa classe. Ainda nesse período, o empresariado reivindica sua participação ativa na definição das políticas educacionais e na gestão do ensino, buscando resultados imediatos.

Tal questão também está explicitada em Rummert (2000), quando a autora considera a concepção de educação de qualidade formulada pelos representantes do capital<sup>2</sup>. Segundo essa ótica, todo o investimento feito pela classe empresarial na educação básica exige do Estado, como retorno, a possibilidade de participar na formulação da política educacional e na fundamentação da educação oferecida à classe trabalhadora.

Essa perspectiva da educação no país condiciona sua história às demandas e aos interesses do mercado e é reforçada pelo processo de disseminação das desigualdades sociais entre países e a população de determinada região, provocado nos chamados países em desenvolvimento, predominantemente, pelas ações dos organismos internacionais. Ações estas que servem muito mais para aumentar o abismo existente entre ricos e pobres; opressores e oprimidos. Isto, por sua vez, contribui para a manutenção de um poder já instituído pela hegemônica burguesia industrial.

Tal questão se reflete na relação trabalho e educação no contexto neoliberal, quando este, a partir do discurso da empregabilidade, determina que, apesar da neoteoria do capital humano potencializar tais condições, nem todos conquistarão o seu emprego, pois “no mercado não há lugar para todos” (GENTILI, 2002, p.54).

O conceito de “inempregável” parece traduzir, no seu cinismo, a realidade de um discurso que enfatiza que a educação e a escola, nas suas diferentes modalidades institucionais, constituem sim uma esfera de formação para o mundo do trabalho. Só que essa inserção depende agora de cada um de nós. Alguns triunfarão, outros fracassarão (GENTILI, 2002, p.55).

O distanciamento existente e considerado pelos defensores do ideário neoliberal como natural define que, apesar do investimento feito no desenvolvimento das potencialidades individuais, nem todos terão sucesso ao disputar uma vaga no mercado de trabalho, gerando desempregados e trabalhadores precarizados.

O apelo à empregabilidade e seu uso numa neoteoria do capital humano, cujo conteúdo tem se metamorfoseado com as novas condições de acumulação do capitalismo globalizado, permite entender melhor a crise da promessa integradora. Nesse sentido, a tese da empregabilidade recupera a concepção individualista da Teoria do Capital Humano, mas acaba com o nexos que se estabelecia entre o desenvolvimento do capital humano individual e o capital humano social: as possibilidades de

---

<sup>2</sup> Para estudar as concepções de educação sob a ótica do capital, a autora considera as entidades: Confederação Nacional da Indústria – CNI, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Firjan, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE e o Instituto Herbert Levy – IHL.

inserção de um indivíduo no mercado dependem (potencialmente) da posse de um conjunto de saberes, competências e credenciais que o habilitam para a competição pelos empregos disponíveis (a educação é, de fato, um investimento em capital humano individual); só que o desenvolvimento econômico da sociedade não depende, hoje, de uma maior e melhor integração de todos à vida produtiva (a educação não é, em tal sentido, um investimento em capital humano social) (GENTILI, 2002, p.53-54).

Partindo do plano social e econômico e nos detendo no campo educacional, percebemos que a concentração de interesses nas mãos de uma minoria representada pelo empresariado pode ser identificada ao interpretarmos os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº10.172/01. Esse mesmo aspecto também está indicado na CF de 1988, na LDB nº 9.394/96 e nas subsequentes reformas educacionais. A ideologia do capital se caracteriza por ações que estimulam tanto a competitividade como a produtividade entre os alunos, com a introdução, inclusive, de programas de avaliação da educação básica e do ensino superior no país e, também, entre os profissionais envolvidos no processo, incluindo-se aí as gratificações por desempenho e produtividade.

Ainda em relação à implantação do modelo neoliberal na educação, identificamos seus efeitos nas modalidades que mais se relacionam com o nosso objeto: a educação técnico-profissional e a educação de jovens e adultos (EJA).

Sinais desse processo são apresentados, respectivamente, pelo Decreto nº2.208/97, que normatiza a educação técnico-profissional, e pelo Parecer CNE/CEB nº11/2000, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, além do que trata o PNE.

Os interesses do empresariado são demonstrados pelo Decreto nº2.208/97, que em seu artigo 1º, inciso III, aponta como um dos objetivos da educação profissional “especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos”. Já no inciso IV destaca, como objetivo, a qualificação e a requalificação de jovens e adultos para o mercado de trabalho, independente do nível de escolaridade, a fim de que possam ter melhores possibilidades e desempenho no trabalho. O artigo 2º considera que o desenvolvimento dessa modalidade educacional pode acontecer tanto em articulação com o ensino regular, como em módulos de educação continuada, realizando-se em espaços específicos ou nos locais de trabalho. Na verdade, o Decreto nº2.208/97 comprova que a

ênfase na (re)qualificação dos trabalhadores, com o viés da formação de mão-de-obra para as exigências do mercado de trabalho, constitui a grande bandeira da legislação e, conseqüentemente, da filosofia ou da linha política do governo federal na década.

Contudo, apesar de haver na sociedade brasileira uma explícita intenção em atrelar a educação básica a um movimento de competitividade e de busca da qualidade total, ousamos considerar que somente o desenvolvimento de ações igualitárias poderia potencializar a execução de um trabalho com vistas a superar as barreiras da exclusão social que atinge a classe trabalhadora no país, sobretudo no que se refere ao acesso à escolarização, a sua permanência e, ainda, a uma educação de qualidade social para todos.

No entanto, essa reconfiguração da formação profissional para atender as demandas do mercado, indica que os programas de educação em empresas não mais se restringem a uma formação estreita, tal como apresenta o filme *Tempos Modernos*, em que o personagem vivido por Charles Chaplin desenvolve apenas uma função na linha de produção da fábrica, exemplificando a era taylorista-fordista. Os trabalhadores da atualidade não são mais adestrados para desenvolverem determinada tarefa, já que as funções a serem desempenhadas vão muito além do imediato e do específico. Dos trabalhadores dessa virada de século é exigida a capacidade de raciocinar, identificar problemas e buscar caminhos para solucioná-los. Para atender a esse perfil as empresas requerem um trabalhador mais qualificado.

Conforme essa nova configuração do mundo do trabalho, as empresas, através da gestão de recursos humanos, vêm investindo na qualificação dos seus trabalhadores, seja por cursos e treinamentos desenvolvidos na própria empresa, ou por convênios estabelecidos para esse fim. Os empresários se colocam como atores educativos, considerando o fator da formação como condição fundamental para o crescimento das empresas.

As empresas podem e devem disponibilizar informações a seus empregados, as quais, além de auxiliarem na execução do seu trabalho, possibilitem o desenvolvimento do seu potencial, reforçando o reconhecimento do valor do capital humano. Já é sabido que o custo de formação profissional, bem administrado, transforma-se em lucros, pois aumenta a produtividade geral do trabalho (CARDOSO, 2001<sup>3</sup>).

---

<sup>3</sup> Disponível em <<http://www.ietec.com.br/techoje>>.

O investimento em educação nos locais de trabalho é, também, a visão do PNBE, conforme afirma seu coordenador Laufer: “sem alguma educação dentro da minha fábrica eu não vou conseguir sobreviver” (*apud* Rummert, 2000, p.85).

Ainda sobre esse aspecto, Rodrigues (1998, p.130) considera que “para o atual discurso empresarial, uma força de trabalho desprovida de educação básica conduzirá a indústria brasileira a uma letargia fatal”.

Há uma aparente preocupação das empresas com a educação dos trabalhadores, embora tal preocupação seja centrada na ótica do mercado. Nesse contexto, Rummert (2000, p.159) considera que:

Embora o discurso empresarial levante-se a favor da educação universal, inclusive para os adultos-trabalhadores, isso não significa um efetivo compromisso com a concretização das propostas apresentadas. Além disso, o depoimento<sup>4</sup> sugere que, para o empresariado, a educação do trabalhador que lhe interessa não é, necessariamente, a mesma que interessa e é promovida pelo próprio trabalhador, sem a ingerência do capital.

Na mesma linha de argumentação, Rodrigues (1998) considera que, segundo os interesses empresariais, a formação humana apresenta-se como uma variável das demandas do capital e, assim como a reestruturação produtiva, precisa ser reorganizada. Dessa forma, é prioritário para o pensamento industrial atrelar a educação aos propósitos apontados pelo capital. Nesse sentido, a educação oferecida aos trabalhadores deve ter como aspecto central essa preocupação, ainda que não lhes garanta, efetivamente, a perspectiva de emprego e nem, tampouco, a diminuição da exclusão social.

A educação foi chamada a resolver as demandas da industrialização fordista: a educação está sendo agora conclamada a atender às novas demandas do padrão de acumulação flexível. Em suma, até agora, a educação vem sendo usada como álibi para os rejeitos de toda ordem do modo de produção capitalista (RODRIGUES, 1998, p.145).

E como afirma Gentili (2002, p.47), “a Teoria do Capital Humano, principal enquadramento teórico usado para definir o sentido da relação trabalho-educação no capitalismo contemporâneo, também mudou para pior”.

---

<sup>4</sup> Rummert (2000) se refere ao depoimento de Costa, ex-membro da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e professor do Colégio Metalúrgico. Cf. COSTA, M. *Reestruturação produtiva e formação de trabalhadores: os impasses e desafios da experiência pedagógica do Colégio Metalúrgico-RJ. 1987-1994*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFF: Niterói, 1995.

Diante de tal situação, na década de 1990, a função social da escola não está mais associada à formação para o emprego ou à ampliação das possibilidades de se conquistar um emprego. Essa questão, apresentada sob o enfoque do desenvolvimento e da suposta modernização econômica, possibilita e justifica a compreensão de que se conviva pacificamente – ainda que num contexto conflitante – a educação, o desemprego, o aumento das desigualdades sociais, a menor renda per capita e a pobreza (GENTILI, 2002). Tomam espaço, por sua vez, a atuação das empresas no processo de formação, de escolarização ou qualificação dos seus trabalhadores.

Nesse cenário, as ações de responsabilidade social das empresas que se configuram nessa década, também levam-nas a investirem em seus profissionais como outrora não fizeram. É uma nova percepção de que é preciso que haja trabalhadores mais satisfeitos e mais qualificados como considera Célia Silvério, diretora de recursos humanos da Ford, em entrevista à Manager Online:

As empresas chegaram à conclusão que deveriam ter chegado há muito tempo: a partir do momento em que não se pode mais competir em tecnologia, já que com o desenvolvimento tecnológico todo mundo pode concorrer no mesmo nível, deve-se competir na qualidade de profissionais.<sup>5</sup>

Uma das formas de investimento na chamada qualidade dos profissionais pode ser conquistada através de programas de educação oferecidos pelas próprias empresas. É nessa lógica que se insere o *Alfabetizar é Construir*. Embora os empresários atribuam a esse projeto uma possibilidade de ascensão do trabalhador – o que, também, não está descartado pelo mesmo –, as demandas do capital e, também, o aspecto da polivalência ocupa posição de destaque. Nesse sentido, Rodrigues (1998, p.114) declara que: “Os empresários cunharam um conceito de formação humana que articula indissociavelmente dois vetores, os quais podem ser resumidos na fórmula: educação geral + qualificação polivalente”.

Rummert (2000, p.172), por sua vez, analisa que:

Mantendo a estrutura dual do ensino, esse tipo de educação [polivalente] possibilita a aquisição empírica de habilidades e competências historicamente determinadas pelo estágio do processo produtivo, com o objetivo de preparar o trabalhador para a execução de tarefas, necessárias à reprodução e ampliação do processo de acumulação capitalista.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.manageronline.com.br>>.



A questão da polivalência se apresenta aos trabalhadores como caminhos para a profissionalização e, por conseguinte, como elemento potencial de garantia da empregabilidade. A partir do modelo de educação dual, como considera Rummert (2000), a educação polivalente se lança para os trabalhadores como possibilidade de melhor qualificação ou requalificação, ampliando as possibilidades para a manutenção ou conquista de um emprego.

Através da intencional troca entre o investimento feito e o retorno que, de alguma forma, é esperado desse trabalhador, busca-se a melhor forma de aproveitamento dos materiais, a redução no índice de acidentes de trabalho ou, ainda, a capacidade de operacionalização do maquinário por um trabalhador mais qualificado no interior do canteiro de obras, o que demanda, em tese, uma melhor formação para o desempenho das funções.

Sobre os índices de acidente de trabalho num setor de alta periculosidade, é possível perceber que nos canteiros onde há operários atendidos pelo projeto, tem havido uma redução significativa.

Sendo assim, pode-se afirmar que os trabalhadores atendidos pelo projeto apresentam alguns aspectos que comprovam a existência de uma diferenciação no que se refere a sua atuação no interior da empresa, se comparados com os que não freqüentam as escolas dos canteiros.

Entretanto, é fundamental reconhecer que o projeto escolhido para analisar, a título de exemplo, como a iniciativa privada atua no campo educacional através de ações voltadas para seus trabalhadores, constitui uma proposta alternativa idealizada, exclusivamente, pela via empresarial e que, supostamente, aponta para a superação da crise educacional e, também, para a resolução de alguns problemas<sup>6</sup> que, há muito, acompanham a classe trabalhadora.

Com um discurso que exalta a responsabilidade com a educação de qualidade no nosso país e o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, os empresários tentam criar soluções para os problemas educacionais da atualidade.

---

<sup>6</sup> Dentre os problemas enfrentados pela classe trabalhadora e pela camada da população que se encontra na linha de pobreza ou abaixo dela no Brasil, podem ser citados a fome e o desemprego, além do analfabetismo e da baixa escolaridade da maioria da população de baixa renda.

No entanto, é fundamental estarmos atentos às orientações e ações que podem representar, no atual momento social, político e econômico, a dissolução do público em favor de práticas que apontem para a construção do privado.

Por outro lado, para fazermos qualquer reflexão sobre a educação e a formação de cidadãos, é fundamental compreendermos qual educação temos e qual consideramos ser a mais adequada para a classe trabalhadora.

Entendendo que o projeto de educação dessa classe precisa ser articulado e construído, também, pelos trabalhadores, o próximo passo é perceber e analisar os rumos tomados no atual momento histórico. Momento este em que a desarticulação da coletividade parece ser a outra face de um mesmo contexto, onde variados mecanismos de resistência e, portanto, de buscas de alternativas ao projeto societário neoliberal vêm se estabelecendo.

### **A população atendida pelas parcerias que fazem escolarização**

As parcerias que fazem escolarização vêm, gradativamente, possibilitando que o empresariado assuma uma responsabilidade social que, *a priori*, é do Estado – a educação.

Mediante esse estudo e tomando por referência uma pesquisa<sup>7</sup> realizada pelo SINDUSCON, constatamos que o aluno-trabalhador é, em sua grande maioria, oriundo do nordeste brasileiro – 73%. Esses homens migram para o Rio de Janeiro por causas variadas. Dentre os entrevistados, 76% declaram que a migração ocorre em função da expectativa por trabalho na cidade grande, sendo este o objetivo central. As outras causas desse movimento são: melhores perspectivas de vida – 15% ou para acompanhar a família – 9%.

Muitos são jovens e tiveram como sua primeira ocupação o trabalho na roça – 64%. A possibilidade de crescimento individual apresentada pelo Projeto representa a oportunidade de resgatar um direito que lhes foi negado ao longo da vida.

A vinda para o Rio de Janeiro apresenta, ainda, causas bastante semelhantes: a necessidade de buscar novos horizontes e um meio de sobrevivência mais rentável. Além disso, há a possibilidade de ganhar dinheiro por um tempo e retornar para junto da família.

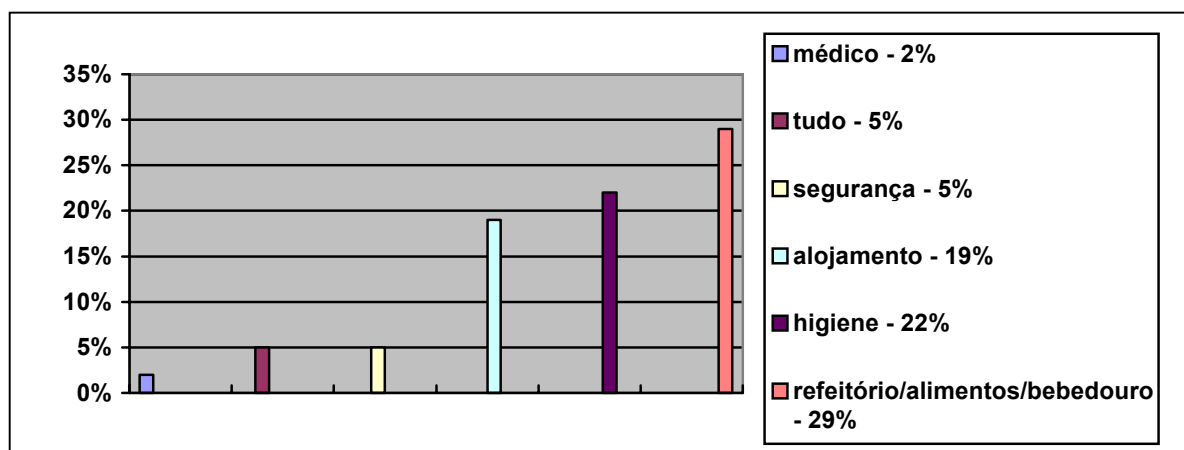
---

<sup>7</sup> Esses índices foram extraídos de uma pesquisa desenvolvida pelo SINDUSCON nas escolas dos canteiros em agosto de 2000, que teve como objetivo traçar o perfil do operário atendido pelo Alfabetizar é Construir.

Formam-se, então, ciclos em que as idas e vindas acontecem de acordo com a necessidade de sobrevivência. Vendem sua força de trabalho aqui, para contribuir no sustento dos que lá ficaram.

Perguntados pelo SINDUSCON-Rio sobre o desejo de permanecer trabalhando na construção civil, 67% dos entrevistados manifestaram a intenção de sair dessa área e, da totalidade entrevistada, 32% só atuam no setor por precisar da profissão para viver, ou – 32% – por não ter outra opção. Dos que manifestaram a intenção de querer continuar na área, a maioria – 30% – declarou que é por não saber fazer outra coisa.

Esses trabalhadores demonstram ter clareza de que as condições oferecidas para o desenvolvimento de suas atividades laborais deixam a desejar. E que as próprias condições do canteiro não lhes garante os padrões considerados mínimos para o desenvolvimento dessas atividades com qualidade e segurança. Quando perguntados sobre o que deve mudar nos canteiros, os alunos-trabalhadores declararam:



Esses dados indicam que são várias as causas de insatisfação dos operários da construção civil com as condições que lhes são oferecidas pelo capital. Considerando-se que todos os trabalhadores entrevistados são atendidos pelo *Alfabetizar é Construir*, constatamos que nem a implantação das salas de aula nos canteiros e, tampouco a possibilidade que esses homens têm de freqüentá-las, supostamente resgatando o tempo que a vida lhe obrigou a deixar parado no passado, superam a insatisfação com as suas condições de trabalho.

Contudo, é inegável que as empresas vêm assumindo um compromisso com esses trabalhadores. A responsabilidade social da iniciativa privada em relação à educação (ou a

escolarização) oferecida aos operários se apresenta como a tábua de salvação para aqueles homens que tiveram seus direitos tolhidos quando crianças.

Outro fator a ser considerado e que, por sua vez, se constitui como problemática ao abordarmos a EJA e a garantia do acesso à escolarização, é a dificuldade para se conciliar as necessidades de estudar e de trabalhar, visto que não há uma política de redução da jornada de trabalho para os operários que tentam combinar as duas atividades.

Tomando-se como referência a legislação, o Parecer CEB/CNE nº11/2000, considera que muitos dos alunos da EJA trabalham. Indo mais além, afirma que aqueles que ainda não se inseriram no mercado de trabalho, desejam fazê-lo. O mesmo Parecer indica, ainda, que os sistemas de ensino devem garantir ofertas educacionais apropriadas para esta parcela da população. No entanto, não propõe uma estratégia que viabilize horários que torne compatível o estudo e o trabalho para todos os que desejarem fazê-lo. E quando, na nossa legislação, um direito fica condicionado à subjetividade de quem o implanta, tende a não acontecer de forma a garantir o interesse de todos, podendo se resumir ao benefício de alguns.

No caso do Projeto analisado, alguns trabalhadores ainda são convocados a fazer horas extras, não sendo, portanto, garantido a eles o direito proposto pelo Parecer. Apenas no caso do aluno-trabalhador exercer sua profissão em um canteiro de obra diferente daquele onde está instalada a escola, há redução na jornada de trabalho, a fim de viabilizar sua locomoção.

Ao discutir sobre a classe operária e as metamorfoses do mundo do trabalho, Antunes (2000) apresenta relevantes contribuições. Segundo o autor, na década de 1980, observa-se um grande salto tecnológico. A robótica, a automação e a microeletrônica injetam um desenvolvimento nas relações de trabalho e no modo de produção capitalista. Essas transformações – ou metamorfoses – atingem diretamente o trabalhador, como podemos perceber:

Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção, Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade

moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias (ANTUNES, 2000, p.24).

Ao abordar as restrições de direitos antes conquistados pela classe trabalhadora, é importante considerar que nas décadas finais do século XX se abre um leque de estratégias que leva os trabalhadores a abrirem mão desses direitos em prol de outros benefícios.

Essas mudanças apontadas pelo setor empresarial visam, essencialmente, manter a estratégia centralizadora do capital. Diante disso, a “moeda de troca” que se estabelece entre trabalhadores e empresários desencadeia um processo onde eixos como a competitividade e a flexibilidade despontam como a força motriz dessa engrenagem que toma a forma da relação trabalho e educação na empresa e nos espaços de formação e de qualificação da mão-de-obra.

Nesse sentido corroboramos com a análise de Ferraz (2002) acerca do perfil da política de formação que vem sendo oferecida à classe trabalhadora e coerente com as estratégias que compõem o cenário das chamadas metamorfoses do mundo do trabalho.

(...) as políticas públicas para a formação humana e para o trabalho que vêm sendo propostas para a grande maioria da classe trabalhadora, na medida em que assumem de forma mais acentuada alguns atributos imanentes do capital, também vêm alcançando resultados positivos no sentido de se afinar com a metamorfose que se expressa na produção social de mercadorias. A própria formação humana toma a imagem de capital, afinal de contas os trabalhadores são agora preparados para serem *empreendedores* e *colaboradores* no sentido de estarem *preparados* para se adequarem às constantes, e mais profundamente efêmeras, *configurações* do mundo do trabalho: de certa forma tudo tende a se tornar à *imagem e semelhança* do capital e teríamos como quer os intelectuais orgânicos da burguesia um capitalismo sem capitalistas (FERRAZ, 2002, p.49-50).<sup>8</sup>

De acordo com as análises que vimos fazendo, os alunos-trabalhadores da construção civil são exemplos de uma camada da população brasileira que tem o acesso à escolarização viabilizado pelos mecanismos de parcerias. Tais mecanismos vêm, cada vez mais, se ampliando e se fortalecendo na nossa sociedade e não pretende atender aos princípios da formação humanista e integral do indivíduo. Sendo assim, a educação que é oferecida pelas parcerias que fazem escolarização, em sua grande maioria, é aligeirada e orientada para o saber-fazer, além de contribuir para provocar uma relação de gratidão entre trabalhadores e empresários.

---

<sup>8</sup> Grifos do autor.

### **A exclusão das classes populares do saber escolar: e a formação do cidadão?**

Para pensar e analisar a educação destinada à classe trabalhadora é extremamente necessário reconhecer quais são os espaços onde se constrói essa educação ou sua oferta. Julgamos importante, também, refletir sobre os objetivos propostos para a educação que lhes é oferecida e como se configuram tais iniciativas.

Diante disso, constatamos que o modelo de educação que vem sendo oferecido aos trabalhadores no Brasil tanto pelas empresas, como nos próprios espaços formais, tem pretendido preencher uma lacuna no que se refere à produção do conhecimento ou à informação negada a uma classe que, cotidianamente, vem sendo excluída dos bancos escolares e de seus saberes. Seja porque há uma necessidade urgente de entrada das crianças no mercado de trabalho, ou porque a escola não atende às suas expectativas. Os resultados dessa política excludente são os sucessivos fracassos escolares e a evasão, que empurram para a EJA um imenso contingente de homens e mulheres para serem alfabetizados.

Consideramos, também, que o *Alfabetizar é Construir* pretende suprir a necessidade de alfabetizar os trabalhadores da construção civil que chegam ao Rio de Janeiro carregando em seu histórico de vida o analfabetismo. E não podemos descartar que embora haja uma concentração nas questões referentes à aquisição da leitura, da escrita e das quatro operações matemáticas, o acesso à escolarização – sem discutirmos aqui os objetivos que subjazem o projeto – representa um crescimento para esse trabalhador em nível individual, que vai, conseqüentemente, se refletir na possibilidade de retorno para a empresa, pelas diversas situações que já detalhamos anteriormente. É o investimento em capital humano.

Sobre esse aspecto, identificamos na análise do desenvolvimento do Projeto, fatores que comprovam que por um lado a desqualificação da escola, e por outro o aumento da escolaridade, mesmo sem critérios rígidos definidos, podem estar, predominantemente, a serviço do capital.

Frigotto (2001) enfatiza que as necessidades apresentadas pela classe trabalhadora pretendem garantir uma escola que tenha sintonia com o saber historicamente produzido, e que, por sua vez, vem sendo aprofundado.

Conseqüentemente, o processo de exclusão da classe trabalhadora do saber escolar só poderá ser superado quando o projeto educacional do país demonstrar coerência com as necessidades das maiorias, propondo uma revisão da proposta de ensino que é destinada aos trabalhadores: fragmentada e centrada numa formação aligeirada para as demandas do mercado de trabalho. Porém, isso ainda é uma utopia.

É importante considerarmos a educação da classe trabalhadora a partir da perspectiva gramsciana que, em essência, visa formar integralmente o cidadão, contemplando a educação ampla, omnilateral do homem, que o prepare para a vida, possibilitando a esse trabalhador optar pelos caminhos a serem trilhados. Pois, somente uma escola unitária tem condições de potencializar o caráter científico-tecnológico para todos os níveis e áreas do sistema de ensino (NEVES, 2000). Nesse sentido, é fundamental estabelecer uma relação participativa, criadora, ativa, criativa e coletiva dos cidadãos para a consolidação desta perspectiva.

O modelo de escola com o qual, em geral, temos convivido na realidade brasileira, por sua vez, acompanha esse momento de desarticulação do saber e de fragmentação da sociedade com o qual nos deparamos no mundo contemporâneo. Os projetos desenvolvidos pelas empresas são apresentados sob essa ótica, uma vez que não se propõem a articular os diferentes saberes produzidos socialmente.

Outra questão que tem sido negada aos trabalhadores é o acesso e a permanência em todos os níveis do sistema educacional. Neves (2000, p.21) ressalta que:

O acesso a esses tipos de ensino, de um modo geral, reproduz a nossa estrutura de classes: às elites e seus intelectuais é permitido o ingresso às reduzidas vagas nos ramos e níveis de ensino destinados à conformação técnico-científica da força de trabalho. Aos representantes das classes populares e seus aliados, quando entram na escola, é reservado, na grande maioria dos casos, o acesso à base do sistema escolar de natureza, ainda, predominantemente dogmática e aos ramos de ensino profissionalizante.

A afirmação acima reflete o processo de exclusão das classes populares do saber escolar, demonstrando um reducionismo da formação profissional à capacitação para o trabalho. Nesse sentido, o investimento na requalificação dos trabalhadores visa, estritamente, atender às demandas e transformações do sistema capitalista, não se preocupando, conseqüentemente, com a formação do cidadão. Percebe-se que a urgência atribuída a esse processo de formação e de requalificação da força de trabalho visa,

teoricamente, garantir a chamada empregabilidade a uma classe que, constantemente, é ameaçada pela forma como as novas tecnologias são introduzidas nos setores produtivos.

Conforme Neves (2000, p.25), a requalificação defendida pela classe trabalhadora pressupõe:

a superação, em um patamar mais elevado, da dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual, com vistas a sua instrumentalização técnica e política, em defesa da preservação dos direitos (adquiridos ao longo da história, nos diversos conflitos interclasses) na atual crise do capitalismo.

Tal perspectiva aponta para o fato de que não basta que o cidadão operário (trabalhador manual) se qualifique; é preciso que, seja formado para ser dirigente, ou seja, para governar. Cabe à sociedade cumprir essa tarefa, ainda que seja preciso desempenhar esforços antes não imaginados.

E a abordagem gramsciana sobre a educação considera, também, que é importante garantir a todos – e, sobretudo a classe trabalhadora que, por se constituir como maioria explorada em nossa sociedade, necessita desempenhar maiores esforços para se tornar dirigente desta mesma sociedade – uma escola que seja *desinteressada* em relação aos interesses mais imediatos do capitalismo. Condena, conseqüentemente, a ênfase numa educação que forme aligeiramente o indivíduo.

Transportando o pensamento de Gramsci para a realidade das sociedades capitalistas do século XXI, a escola que atende aos interesses mais imediatos do capitalismo, pode ser sintetizada pela idéia de *mercoescola*.

Consideramos como *mercoescola* o modelo de escola que desenvolve um processo de ensino-aprendizagem centrado na transmissão da ideologia do capital, ou seja, aquele modelo que atrela a educação à perspectiva de uma empresa ou de uma fábrica e que, por sua vez, transforma a tarefa educacional num veículo de capacitação e qualificação de mão-de-obra rápida para atender às demandas do mercado.

O modelo de educação que acreditamos ser importante experimentar pressupõe, ainda, uma escola que seja *formativa*, ou seja, que trabalhe a educação muito mais como um canal de formação da cultura geral e de construção do conhecimento e do homem como um ser dirigente do que, simplesmente, como possibilidade de informação ou transmissão de determinados conteúdos.



Nesse sentido e diante dos problemas que o sistema educacional brasileiro atravessa, é de grande relevância considerarmos a proposta de Gramsci para a educação, como um dos caminhos apontados para a reflexão sobre a crise educacional que, também, é uma crise da sociedade como um todo. Dessa forma, a escola deveria ser:

(...) escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual (GRAMSCI, 2000, p.33).

Somente a partir dessa proposta de escola, seria possível acreditar que a educação oferecida à classe trabalhadora privilegiaria a superação da exclusão do saber escolar formal e seria capaz de articular os diferentes saberes produzidos por essa mesma classe, em prol da formação ampla do cidadão.

### **Referências Bibliográficas**

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 7ed. SP: Cortez; Campinas: UNICAMP, 2000
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. SP: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1998
- \_\_\_\_\_. *Lei nº9394/96 – Lei de diretrizes e bases da educação nacional*, de 20/12/96
- \_\_\_\_\_. *Decreto nº2208/97*, de 17/04/97
- \_\_\_\_\_. *Parecer CNE/CEB nº11/2000, estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos*
- \_\_\_\_\_. *Lei nº10.172/01, Plano Nacional de Educação*, de 09/01/2001
- FERRAZ, C. *Metamorfose do industrialismo no estado da Bahia: estado, produção e formação humana*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFF, Niterói, 2002
- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. SP: Cortez, 2001
- GENTILI, P. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. (orgs). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, 2002

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. V.2. RJ: Civilização Brasileira, 2000

NEVES, L. *Brasil 2000: nova divisão do trabalho na educação*. 2ed. SP: Xamã, 2000

RODRIGUES, J. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da confederação nacional da indústria*. Campinas: Autores Associados, 1998

RUMMERT, S. *Educação e identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho*. SP: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000